



**AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DOS SERVIDORES**

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2020 – ACUMULADO DEZEMBRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GERENCIAMENTO PONTOS DE CONTROLE	3
ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	4
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4
CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA	7
PREVIDÊNCIA	9
AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	9
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	10
PAGAMENTO DE APOSENTADORIA	12
CONCESSÃO DE PENSÃO.....	12
PAGAMENTO DE PENSÃO.....	13
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	13
CERTIFICADO REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP.....	15
ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DIPR	16
SAGRES - MÓDULO DE PESSOAL.....	17
INVESTIMENTOS	17
ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR.....	17
APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	18
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES	19
ELABORAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	20
ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	22
CONFORMIDADE	22
PRÓ-GESTÃO RPPS.....	22
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – 2020 a 2024.....	24
PROGRAMA DE COMPLIANCE	25
MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS.....	25
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	26
RECOMENDAÇÕES.....	26

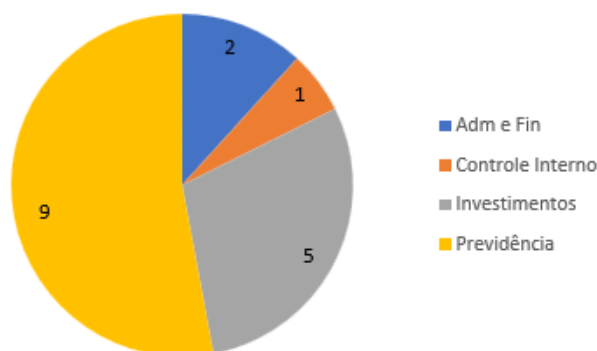
INTRODUÇÃO

O presente relatório de controle interno refere-se ao mês de **dezembro** do exercício de 2020 e apresenta o monitoramento dos pontos de controle dos processos da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores – AMPASS e seus respectivos fundos, RECIFIN e RECIPREV, bem como o monitoramento da conformidade das ferramentas de governança e programas de gestão, emitindo, ao final, recomendações, se necessário.

GERENCIAMENTO PONTOS DE CONTROLE

O trabalho da Unidade de Controle Interno - UCI tem como objetivo assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos de risco que poderiam ameaçar o processo, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., implementação de uma estratégia que minimize o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando esses surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Nesse propósito de monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão, o presente relatório, no mês de **dezembro** de 2020 aborda os pontos de controle do número de processos mapeados abaixo por gerência:



ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

- **Limite legal da despesa administrativa**

O art. 103 da Lei Municipal 17.142/2005 diz que as despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social do Município **não poderão exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração**, proventos e pensões dos segurados e beneficiários vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, com base no exercício financeiro anterior.

De acordo com o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA de 2020, o **valor total da remuneração** é de R\$ 1.495.271.338,08.

A taxa de administração¹ prevista para Autarquia no exercício de 2020 está **dentro do limite fixado em lei** já que é de apenas 0,53% do total da remuneração dos servidores, repartida proporcionalmente entre os Fundos Financeiro - RECIFIN e Previdenciário - RECIPREV, de acordo com as contribuições previdenciárias vertidas para cada fundo. (Regulamentado pelo Decreto nº 29.572/2016):

	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR MENSAL
TOTAL RECIPREV	R\$ 4.291.127,17	R\$ 357.593,93
TOTAL RECIFIN	R\$ 3.680.958,29	R\$ 306.746,52
	R\$ 7.972.085,47	R\$ 664.340,46

R\$ 7.972.085,47 / R\$ 1.495.271.338,08 = 0,53%

Apesar do limite fixado de 0,53%, no exercício de 2020 foi utilizado o montante total de **R\$ 7.307.744,95**, equivalente a **0,49%** do total da remuneração dos servidores, com as despesas administrativas da AMPASS.

¹ A taxa de administração é calculada anualmente. O último levantamento deste dado foi feito em janeiro de 2020.

- **Fases da Despesa**

O art. 60 da Lei nº 4.320/64 estabelece que “é vedada a realização de despesa sem prévio empenho”. Despesas sem a prévia emissão de empenho constituem despesas irregulares, que ofendem a tríade do gasto público (empenho-liquidação-pagamento), a qual deve ser obrigatoriamente seguida pelos Ordenadores de Despesas, na gerência dos recursos públicos, em determinação aos ditames do art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 122 da Lei nº 14.512/83 (Código de Administração Financeira do Município do Recife).

No mês de **dezembro** de 2020, nos Fundos Previdenciário – RECIPREV e Financeiro - RECIFIN todas **as fases da despesa com a taxa de administração aconteceram de forma legal**. Ainda, o valor empenhado e liquidado da taxa do Fundo RECIFIN no mês de novembro, foi contabilizado em dezembro.

Relatório geral

Mês	Unidade	Tipo Empenho	Empenho.	Subempenho	Liquidação.	Pagamento Liq.
			274.211,72	357.593,93	664.340,45	971.086,97
dez	6102-RECIP...	2-ESTIMATIVO	0,00	357.593,93	357.593,93	357.593,93
dez	6103-RECIFI...	1-ORDINARIO	306.746,52	0,00	306.746,52	306.746,52
dez	6103-RECIFI...	2-ESTIMATIVO	-32.534,80	0,00	0,00	306.746,52

Fonte: SOFIN

- **Conciliação Receita e Despesa**

A conciliação entre receitas e despesas permite verificar se o valor empenhado no exercício com as despesas administrativas pelos Fundos Financeiro - RECIFIN e Previdenciário – RECIPREV entrou como receita de serviços administrativos pela Autarquia.

No mês de **dezembro** de 2020, a AMPASS contabilizou, como receita de serviços administrativos, o valor no número equivalente aos empenhos realizados pelos Fundos RECIFIN e RECIPREV, conforme abaixo:

Relatório geral

Mês	Categ. Econ....	Origem	Receita Arrecadada
			971.086,97
dez	07 - RECEITAS ...	06 - RECEITA D...	971.086,97

Fonte: SOFIN

No exercício de 2020, a conciliação entre receitas e despesas entre os Fundos Financeiro - RECIFIN e Previdenciário – RECIPREV e a AMPASS aconteceu de forma regular, conforme abaixo:

Mês	Unidade	Pagamento
fev	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	715.187,86
fev	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	613.493,04
mar	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
mar	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
abr	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
abr	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
mai	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
jun	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
jun	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	613.493,04
jul	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
jul	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
set	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
set	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
out	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
out	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
nov	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
nov	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	0,00
dez	6102-RECIPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - RECIPREV	357.593,93
dez	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
dez	6103-RECIFIN - FUNDO FINANCEIRO - RECIFIN	306.746,52
		7.307.744,95

Mês	Receita Arrecadada
fev	1.328.680,90
mar	664.340,45
abr	664.340,45
mai	357.593,93
jun	971.086,97
jul	664.340,45
set	664.340,45
out	664.340,45
nov	357.593,93
dez	971.086,97
	7.307.744,95

A receita de serviços administrativos arrecadada pela Autarquia é utilizada para pagamento das despesas administrativas e de manutenção da entidade gestora dos Fundos Financeiro - RECIFIN e Previdenciário – RECIPREV, na fonte de despesa própria com previdência (249):

PESSOAL	2.902.804,77
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.239.052,48
PROFISSIONAL TERCEIRIZADO - APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	881.214,09
UFPE - ANÁLISE ESTATÍSTICA PARA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	149.520,00
MANUTENÇÃO PREDIAL	147.497,94
SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	139.728,08
MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE	132.205,00
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	109.339,70
CONSULTORIA - CÁLCULOS PERICIAIS	66.377,19
SERVIÇOS DE POSTAGEM	45.911,70
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	43.474,56
EQUIPAMENTOS - AR-CONDICIONADO	37.290,44
LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	27.145,93
AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE	22.800,00
CONSULTORIA - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21.250,00
EQUIPAMENTOS - IMPRESSORA	17.948,45
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	16.958,07
INSS PATRONAL	15.289,91
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E MATERIAL DE EXPEDIENTE	14.582,20
PASSAGEM AÉREA	12.948,80
MATERIAL DE INFORMÁTICA	11.058,40
PROJETO DE DESIGN E PLANTA ARQUITETÔNICA	10.500,00
AVALIAÇÃO ATUARIAL	7.070,77
VALE TRANSPORTE	6.181,68
SERVIÇO DE GESTÃO DO ACERVO	2.902,86
TAXA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS	2.800,00
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET	2.643,64
AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL	2.492,00
RESTITUIÇÃO DE PESSOA FÍSICA	2.204,20
SUPRIMENTO INDIVIDUAL	2.175,47
PARTICIPAÇÃO EM CURSOS	2.070,00
ASSINATURA DE JORNAIS	2.012,52
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS	1.730,00
CERTIFICADO DIGITAL	1.512,00
EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE ACESSO	1.467,00
SERVIÇO E MATERIAL GRÁFICO	1.340,00
AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO	1.050,00
ASSINATURA DE INFORMATIVO FORENSE I E II - JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL	972,00
Total Geral	7.105.521,85

CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

- **Contabilização da receita de contribuição do servidor inativo e pensionista**

Os servidores aposentados e pensionistas pagam contribuições previdenciárias no percentual de 12,82% sobre a parcela dos proventos que exceder ao teto do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). A contabilização dos valores retidos em folha de pagamento e da receita orçamentária dos Fundos Financeiro - RECIFIN e Previdenciário – RECIPREV ocorre mensalmente.

No período de janeiro a **dezembro** de 2020, as retenções em folha de pagamento referente a contribuição do servidor inativo e pensionista informadas no DIPR estão **em conformidade** com os valores contabilizado nos relatórios contábeis (razão extraorçamentário e razão da receita), conforme quadros abaixo:

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS (RPPS) – FUNDO FINANCEIRO RECIFIN-2020								
BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RESTITUIÇÕES AO SERVIDOR	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	6.071.452,03	778.360,15	778.360,15	31.654,04	778.360,15	0,00	15/2/2020	31/1/2020
Fevereiro	6.455.321,45	827.572,21	827.572,21	76.650,09	827.572,21	0,00	15/3/2020	28/2/2020
Março	6.314.550,55	809.525,38	809.525,38	9.816,58	809.525,38	0,00	15/4/2020	30/3/2020
Abril	6.307.363,65	808.604,02	808.604,02	0,00	808.604,02	0,00	15/5/2020	30/4/2020
Maior	6.350.409,75	814.122,53	814.122,53	0,00	814.122,53	0,00	15/6/2020	29/5/2020
Junho	6.347.770,51	813.784,18	813.784,18	0,00	813.784,18	0,00	15/7/2020	30/6/2020
Julho	6.400.173,56	820.502,25	820.502,25	0,00	820.502,25	0,00	15/8/2020	31/7/2020
Agosto	6.411.067,24	821.898,82	821.898,82	0,00	821.898,82	0,00	15/9/2020	31/8/2020
Setembro	6.359.760,22	815.321,26	815.321,26	0,00	815.321,26	0,00	15/10/2020	30/9/2020
Outubro	6.366.042,51	816.126,65	816.126,65	0,00	816.126,65	0,00	15/11/2020	28/10/2020
Novembro	6.412.131,75	822.035,29	822.035,29	0,00	822.035,29	0,00	15/12/2020	30/11/2020
Dezembro	6.419.950,47	823.037,65	823.037,65	0,00	823.037,65	0,00	15/1/2021	29/12/2020
13º Salário	6.364.598,13	815.941,48	815.941,48	0,00	815.941,48	0,00	15/1/2021	3/12/2020
TOTAL	82.580.591,81	10.586.831,87	10.586.831,87	118.120,71	10.586.831,87	0,00		

CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS (RPPS) – FUNDO FINANCEIRO RECIFIN-2020								
BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RESTITUIÇÕES AO SERVIDOR	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	1.154.551,01	148.013,44	148.013,44	0,00	148.013,44	0,00	15/2/2020	31/1/2020
Fevereiro	1.192.343,29	152.858,41	152.858,41	0,00	152.858,41	0,00	15/3/2020	28/2/2020
Março	1.190.688,38	152.646,25	152.646,25	0,00	152.646,25	0,00	15/4/2020	30/3/2020
Abril	1.131.166,85	145.015,59	145.015,59	0,00	145.015,59	0,00	15/5/2020	30/4/2020
Maior	1.180.195,32	151.301,04	151.301,04	0,00	151.301,04	0,00	15/6/2020	29/5/2020
Junho	1.149.209,67	147.328,68	147.328,68	0,00	147.328,68	0,00	15/7/2020	30/6/2020
Julho	1.183.003,67	151.661,07	151.661,07	0,00	151.661,07	0,00	15/8/2020	31/7/2020
Agosto	1.188.984,56	152.427,82	152.427,82	0,00	152.427,82	0,00	15/9/2020	31/8/2020
Setembro	1.196.772,93	153.426,29	153.426,29	0,00	153.426,29	0,00	15/10/2020	30/9/2020
Outubro	1.205.429,10	154.536,01	154.536,01	0,00	154.536,01	0,00	15/11/2020	28/10/2020
Novembro	1.201.103,59	153.981,48	153.981,48	0,00	153.981,48	0,00	15/12/2020	30/11/2020
Dezembro	1.441.847,82	184.844,89	184.844,89	0,00	184.844,89	0,00	15/1/2021	29/12/2020
13º Salário	1.156.239,31	148.229,88	148.229,88	0,00	148.229,88	0,00	15/1/2021	3/12/2020
TOTAL	15.571.535,49	1.996.270,85	1.996.270,85	0,00	1.996.270,85	0,00		

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS (RPPS) – FUNDO PREVIDENCIÁRIO RECIPEV-2020								
BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RESTITUIÇÕES AO SERVIDOR	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	2.388.194,62	306.166,55	306.166,55	3.094,85	306.166,55	0,00	15/2/2020	31/1/2020
Fevereiro	2.601.276,76	333.483,68	333.483,68	0,00	333.483,68	0,00	15/3/2020	28/2/2020
Março	2.506.432,22	321.324,61	321.324,61	0,00	321.324,61	0,00	15/4/2020	30/3/2020
Abril	2.454.823,95	314.708,43	314.708,43	0,00	314.708,43	0,00	15/5/2020	30/4/2020
Mai	2.487.169,89	318.855,18	318.855,18	0,00	318.855,18	0,00	15/6/2020	29/5/2020
Junho	2.492.424,41	319.528,81	319.528,81	0,00	319.528,81	0,00	15/7/2020	30/6/2020
Julho	2.498.882,37	320.356,72	320.356,72	0,00	320.356,72	0,00	15/8/2020	31/7/2020
Agosto	2.496.564,59	320.059,58	320.059,58	0,00	320.059,58	0,00	15/9/2020	31/8/2020
Setembro	2.478.817,63	317.784,42	317.784,42	0,00	317.784,42	0,00	15/10/2020	30/9/2020
Outubro	2.543.195,71	326.037,69	326.037,69	0,00	326.037,69	0,00	15/11/2020	28/10/2020
Novembro	2.482.745,71	318.288,00	318.288,00	0,00	318.288,00	0,00	15/12/2020	30/11/2020
Dezembro	2.436.795,40	312.397,17	312.397,17	0,00	312.397,17	0,00	15/1/2021	29/12/2020
13º Salário	2.457.838,30	315.094,87	315.094,87	0,00	315.094,87	0,00	15/1/2021	3/12/2020
TOTAL	32.325.161,54	4.144.085,71	4.144.085,71	3.094,85	4.144.085,71	0,00		

CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS (RPPS) – FUNDO PREVIDENCIÁRIO RECIPEV-2020								
BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RESTITUIÇÕES AO SERVIDOR	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	238.226,05	30.540,58	30.540,58	0,00	30.540,58	0,00	15/2/2020	31/1/2020
Fevereiro	194.268,56	24.905,23	24.905,23	0,00	24.905,23	0,00	15/3/2020	28/2/2020
Março	694.143,53	88.989,20	88.989,20	0,00	88.989,20	0,00	15/4/2020	30/3/2020
Abril	178.456,16	22.878,08	22.878,08	0,00	22.878,08	0,00	15/5/2020	30/4/2020
Mai	210.257,41	26.955,00	26.955,00	0,00	26.955,00	0,00	15/6/2020	29/5/2020
Junho	184.735,10	23.683,04	23.683,04	0,00	23.683,04	0,00	15/7/2020	30/6/2020
Julho	188.440,25	24.158,04	24.158,04	0,00	24.158,04	0,00	15/8/2020	31/7/2020
Agosto	188.440,25	24.158,04	24.158,04	0,00	24.158,04	0,00	15/9/2020	31/8/2020
Setembro	189.419,89	24.283,63	24.283,63	0,00	24.283,63	0,00	15/10/2020	30/9/2020
Outubro	207.416,22	26.590,76	26.590,76	599,93	26.590,76	0,00	15/11/2020	28/10/2020
Novembro	192.952,26	24.736,48	24.736,48	0,00	24.736,48	0,00	15/12/2020	30/11/2020
Dezembro	390.133,54	50.015,12	50.015,12	0,00	50.015,12	0,00	15/1/2021	29/12/2020
13º Salário	180.954,29	23.198,34	23.198,34	0,00	23.198,34	0,00	15/1/2021	3/12/2020
TOTAL	3.237.843,53	415.091,54	415.091,54	599,93	415.091,54	0,00		

PREVIDÊNCIA

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial² foi elaborada quando do encerramento do exercício financeiro, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98 e art. 5.º da Portaria nº 403/08 do Ministério da Previdência.

- **Envio do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA**

² A avaliação atuarial é elaborada anualmente. O último levantamento deste dado foi feito em janeiro de 2020.

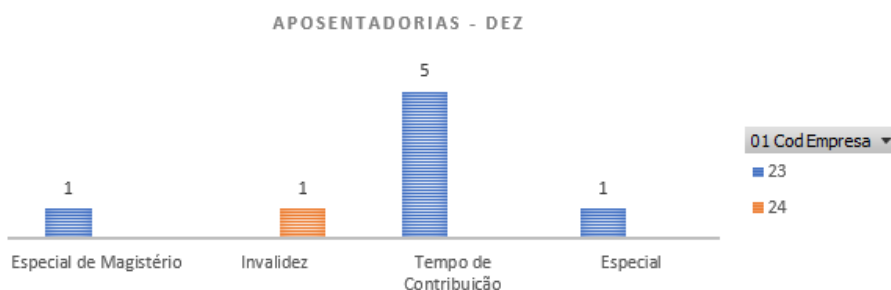
O DRAA³ foi enviado e processado no dia 13/03/2020, segundo site do CADPREV. O prazo regular de envio do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA se dá até o dia 31 de julho do próprio Exercício do DRAA.

Ente: Município de Recife
Nome do Arquivo: DRAA_10565000000192_2020_1_1_20200313_1451.xml
Data do Envio: 13/03/2020 14:52:25
Data de Processamento: 13/03/2020 16:15:10
Situação: Processado com Sucesso

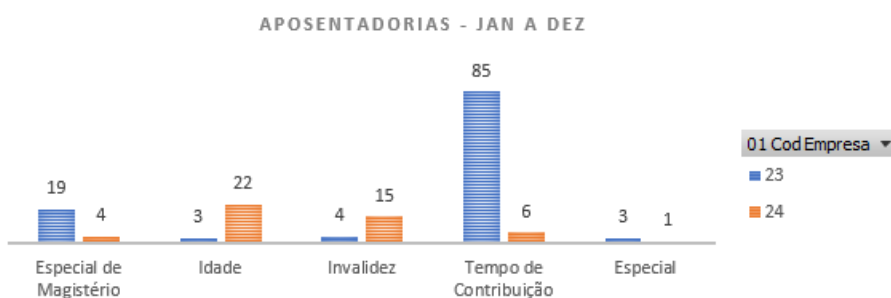
Fonte: CADPREV

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

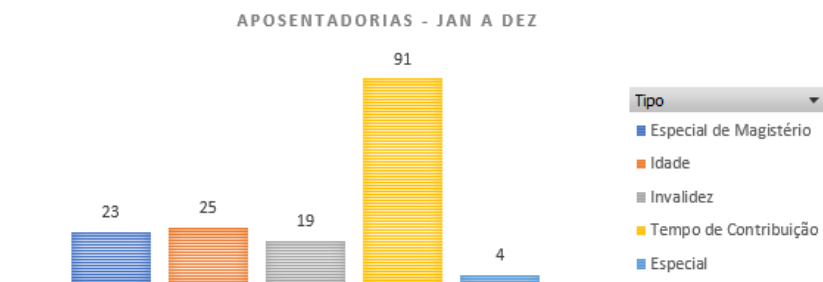
No mês de **dezembro** de 2020, os Fundos RECIFIN e RECIPREV concederam aposentadoria a **8** servidores como segue abaixo:



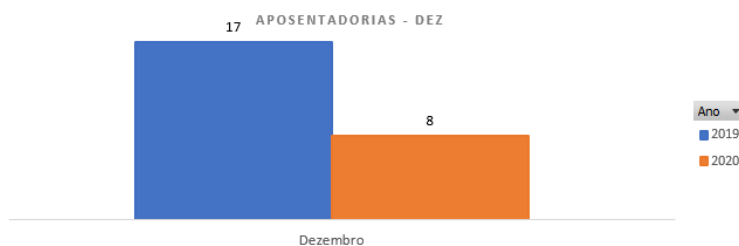
No período de janeiro a **dezembro** de 2020, os Fundos RECIFIN e RECIPREV concederam um total acumulado de **162** aposentadorias a servidores como segue abaixo:



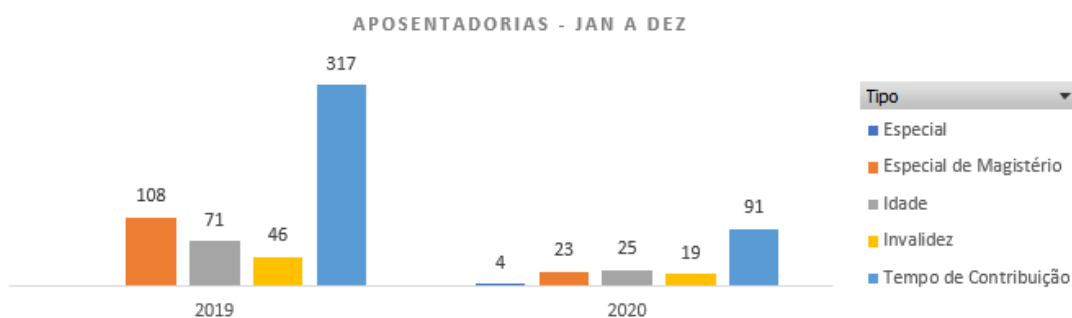
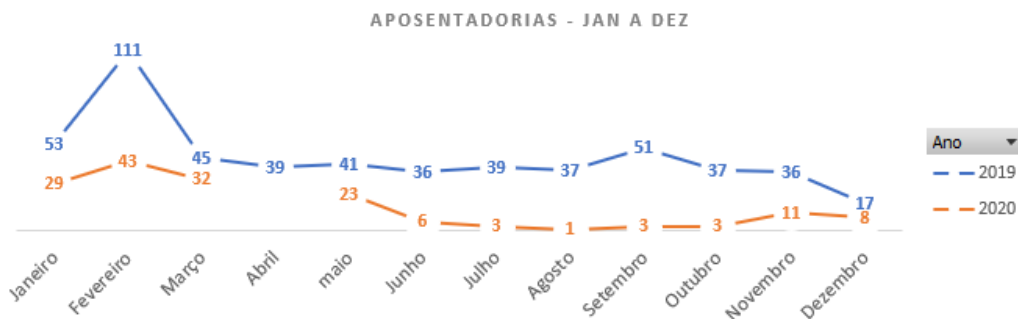
³ O DRAA é enviado anualmente. O último levantamento deste dado foi feito em março de 2020.



Quando comparamos com o mesmo período do exercício anterior, observamos que em **dezembro** de 2019 foram concedidas **17** aposentadorias e no mesmo mês do exercício de 2020 foram concedidas **8** aposentadorias.



Já na comparação do acumulado de janeiro a **dezembro** com o mesmo período do exercício anterior, observamos que em 2019 foram concedidas **542** aposentadorias e no mesmo período do exercício de 2020 foram concedidas **162** aposentadorias:



PAGAMENTO DE APOSENTADORIA

- **Implementação da Aposentadoria**

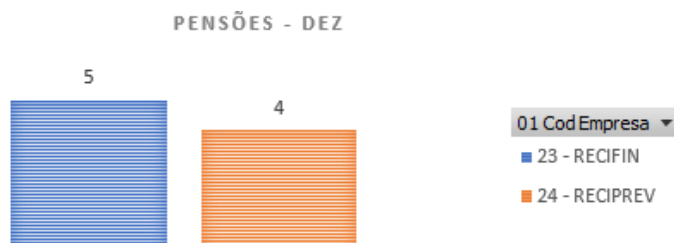
No mês de **dezembro** de 2020, o controle fez uma análise documental – verificação de processos e documentos que conduzam à formação de indícios e evidências – e foram analisados os **8** registros de concessão de aposentadoria.

O trabalho de auditoria de controle interno foi pautado pelos seguintes fatores:

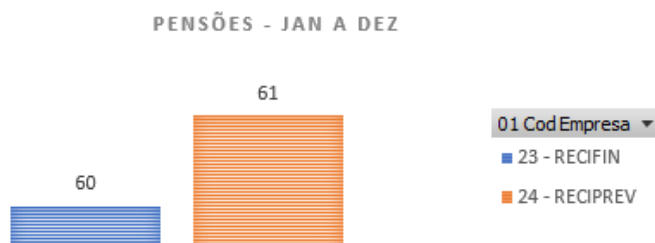
- Tipo de aposentadoria: não foram identificados registros com tipos de aposentadorias divergentes.

CONCESSÃO DE PENSÃO

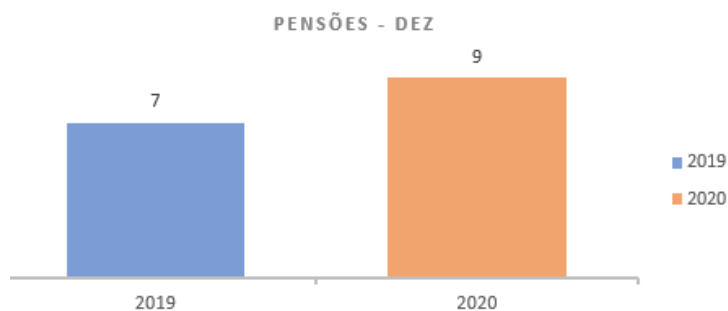
No mês de **dezembro** de 2020, os Fundos RECIFIN e RECIPREV concederam **9** pensões por morte como segue abaixo:



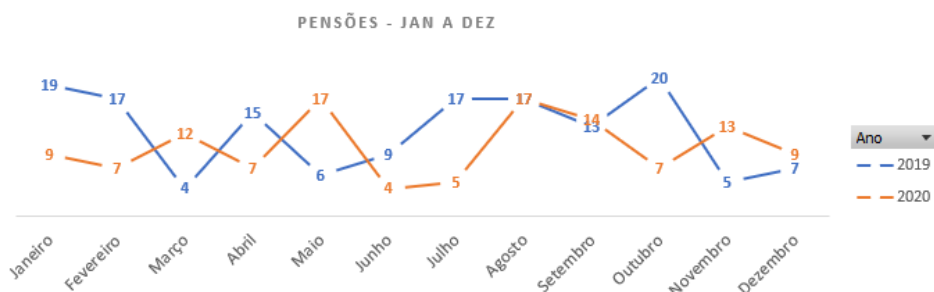
No período de janeiro a **dezembro** de 2020, os Fundos RECIFIN e RECIPREV concederam um total acumulado de **121** pensões por morte como segue abaixo:



Quando comparamos com o mesmo período do exercício anterior, observamos que em **dezembro** de 2019 foram concedidas **7** pensões por morte e no mesmo mês do exercício de 2020 foram concedidas **9** pensões por morte:



Quando comparamos o acumulado de janeiro a **dezembro** com o mesmo período do exercício anterior, observamos que em 2019 foram concedidas **149** pensões por morte e no mesmo período do exercício de 2020 foram concedidas **121** pensões por morte:



PAGAMENTO DE PENSÃO

- **Implementação da Pensão**

No mês de **dezembro** de 2020, o controle fez uma análise documental – verificação de processos e documentos que conduzam à formação de indícios e evidências – foram analisados os **9** registros de concessão de pensão.

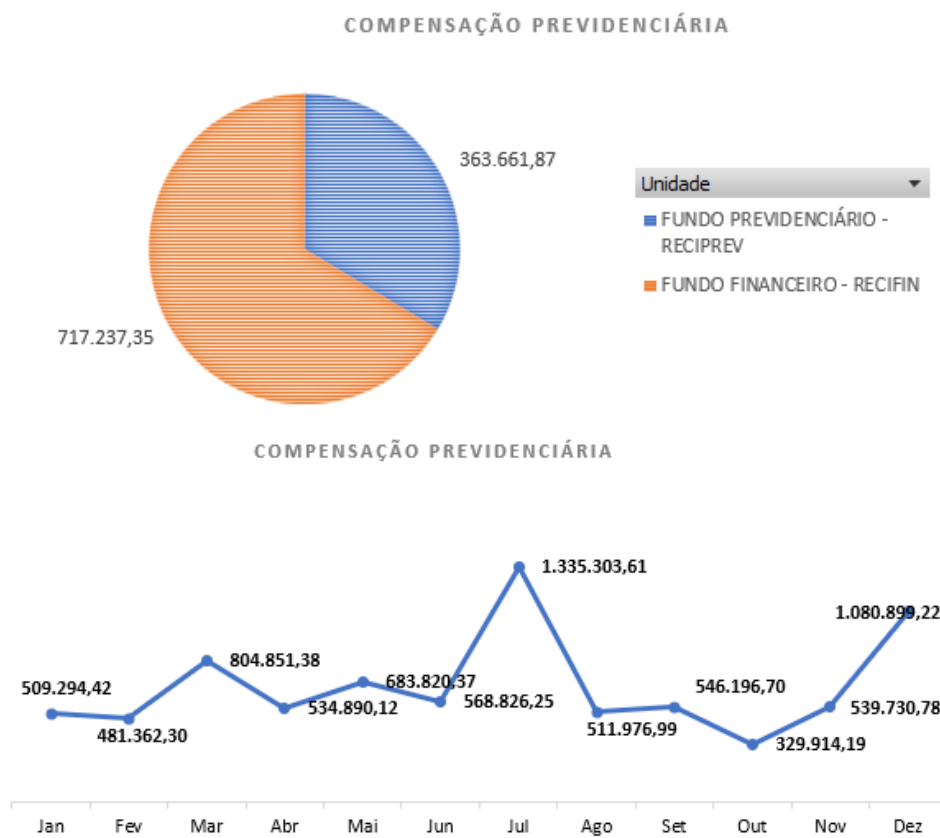
O trabalho de auditoria do controle interno foi pautado pelos seguintes fatores:

- Tipo da Pensão: não foram identificados registros divergentes.

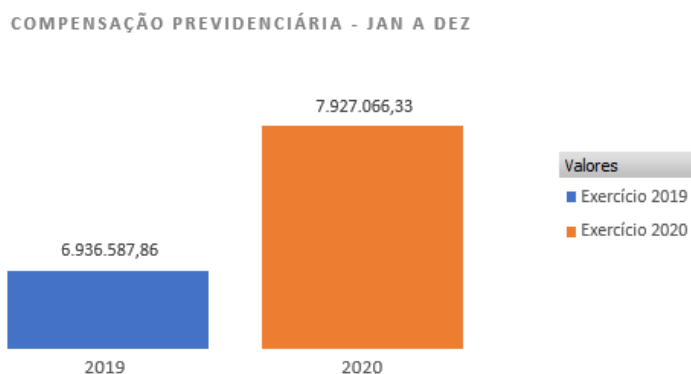
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

No período de **dezembro** de 2020, os Fundos RECIFIN e RECIPREV arrecadaram como receita de compensação previdenciária o montante de **R\$**

1.080.899,22:



Quando comparamos o acumulado de janeiro a **dezembro** com o mesmo período do exercício anterior, observamos que em 2019 foi arrecadado um valor de **R\$ 6.936.587,86** de compensação previdenciária e no mesmo período do exercício de 2020 foi arrecadado um valor de **R\$ 7.927.066,33** de compensação previdenciária, o que representa um acréscimo de **14%** da receita com compensação:



CERTIFICADO REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O CRP⁴ da Autarquia encontra-se **regular** e tem validade até **20.01.2021**:

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial
24/07/2020 14:11:57	20/01/2021			Não

Fonte: CADPREV

- **Extrato de Regularidade**

O extrato de regularidade traz a descrição dos itens necessários para a renovação do CRP, segundo a Lei 9.717/98. A UCI não identificou irregularidades.

No entanto, diante da não edição de Projeto de Lei municipal, especialmente para a fixação de novas alíquotas previdenciárias em decorrência da Emenda Constitucional nº 103/2019 e considerando o teor da Decisão exarada no Processo nº 0810359-28.2020.4.05.8300T, que defere o pedido de tutela de urgência para determinar que a União expeça o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para o Município do Recife, independente do cumprimento do estabelecido pela Portaria ME/SEPT nº1348/2019, que dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, dois critérios estão com o status de “decisão judicial”.

Análise da Legislação		Descrição do Critério	Situação
Acesso dos segurados às informações do regime			Regular
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)			Regular
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)			Regular
Cobertura exclusiva a servidores efetivos			Regular
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal			Regular
Encaminhamento da legislação à SPS			Regular
Observância dos limites de contribuição do ente			Decisão Judicial
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas			Decisão Judicial
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios			Regular
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal			Regular

Fonte: CADPREV

⁴ A renovação do CRP é semestral. O último levantamento deste dado foi feito em julho de 2020.

ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DIPR

- **Envio Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR**

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR é um documento destinado ao envio das bases de cálculo, dos valores arrecadados e de outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e da utilização dos recursos previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

O envio do DIPR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada **bimestre** do ano civil, segundo a Portaria do MPS nº 1 de 2017. O **sexto bimestre de 2020** foi publicado **intempestivamente** no dia 02/02/2021:


DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES - DIPR				
NOME DO ENTE	UF	CNPJ	BIMESTRE	DADOS DE ENVIO
Recife	PE	10.565.000/0001-92	NOV/DEZ - 2020	02/02/2021 01:11:42

Fonte: CADPREV

- **Envio da Declaração de Veracidade do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR**

A declaração de veracidade é um documento no qual os representantes legais do Ente e da unidade gestora atestam que as informações constantes do Demonstrativo refletem a realidade e de que não houve a inserção de informações falsas ou omissão de informações.

O envio da Declaração de Veracidade, que, junto com o envio do DIPR, é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ser realizado até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre, devidamente assinado pelos representantes legais. O envio da declaração do **sexto bimestre de 2020** foi feito de **forma intempestiva** no dia 02/02/2021:

 <p>ASSINADO DIGITALMENTE POR JOSE RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA CPF: 457.021.954-34 DATA: 04/12/2020 10:54 LOCAL: RECIFE - PE CÓDIGO: 79058814-5275-4684-987e-bf688ee15a7 <small>REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N.º 33.482 DE 29/05/2020 (RECIFE-PE)</small></p>	<p>Prefeitura Municipal de Recife - PE, em 02/12/2020</p> <p>MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO: 09132562420</p>	<p>Assinado digitalmente por MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO (09132562420) DN: C=BR, O=CPF-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - PE, CN=MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO (09132562420) por: ALE FERNANDES PE, CN=MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO (09132562420) Motivo: Sô-para o envio deste documento Localização: sua localização de assinatura aqui Data: 2020-12-04 16:52:56 Fone: Recife, Virginia, 55.51.1</p>
<p>JOSE RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA Representante Legal do Ente</p>	<p>MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO Representante da Unidade Gestora</p>	

Fonte: CADPREV

SAGRES - MÓDULO DE PESSOAL

O SAGRES – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – é um aplicativo integrante do Projeto de Prestação de Contas e Processo Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE. O sistema contribui para o aperfeiçoamento do controle interno, auxilia o controle externo, o controle social, dá celeridade ao envio de informações obrigatórias ao TCE por meio digital, além de fomentar a transparência na gestão dos recursos públicos.

O módulo de Pessoal contempla o envio de dados relativos às folhas de pagamentos, aos atos de pessoal e aos cadastros de militares, servidores ativos e inativos e pensionistas das Unidades Jurisdicionadas (UJ). De acordo com a Resolução T.C. nº 26/2016 a remessa com os dados deve ser enviada até o último dia útil do mês subsequente ao que o movimento se referiu. A competência de **dezembro** foi processada **tempestivamente** pela Autarquia:

Dezembro	04/01/2021 14:51:09	Processada	04/01/2021 15:15:19	Adimplente	171037
----------	---------------------	------------	---------------------	------------	--------

Fonte: Demonstrativo de Adimplência - SAGRES Módulo de Pessoal/TCE-PE

INVESTIMENTOS

ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

- **Envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR**

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer

até o último dia do mês subsequente, relativamente às informações das aplicações do **mês** anterior, segundo a Portaria do MPS nº 1 de 2017. A publicação do mês de **dezembro** foi feita **regularmente** pela Autarquia:

Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio
Recife	10.565.000/0001-92	2020	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	31/12/2020	07/01/2021 14:53:31

Fonte: CADPREV



APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

- **Elaboração e aprovação da Política de Investimentos**

A Política de Investimentos⁵ do exercício de 2020 foi elaborada pela Gerência de Investimentos e aprovada pelo Comitê de Investimentos em 22 de outubro de 2019, de acordo com a ata nº 11/2019, e pelo Conselho Municipal de Previdência em 05 de novembro de 2019, de acordo com a ata nº 11/2019.

- **Envio do Demonstrativo de Política de Investimentos – DEPIN**

O DEPIN⁶ para o ano de 2020 foi publicado **regularmente** dentro do prazo exigido pela Portaria do MPS nº 204 de 2008 que é “até 31 de dezembro de cada exercício em relação ao exercício seguinte”:

Demonstrativo da Política de Investimentos						
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Consultar Política de Investimento Digitalizada	Retificação
Recife	10.565.000/0001-92	2020	10/12/2019 14:54:24			Sim
Recife	10.565.000/0001-92	2020	10/12/2019 08:59:06	Emitida em: 10/12/2019 11:29:18		Não

Fonte: CADPREV

Devido ao cenário econômico resultado da pandemia do COVID-19, a Política de Investimentos passou por uma revisão proposta pelo Comitê de

⁵ A elaboração da Política de Investimentos é anual. O último levantamento deste dado foi feito em janeiro de 2020.

⁶ O envio do DEPIN é feito anualmente. O último levantamento deste dado foi feito em janeiro de 2020.

Investimentos, com aprovação do Conselho de Previdência e foi devidamente republicada:

Demonstrativo da Política de Investimentos							
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Consultar Política de Investimento Digitalizada	Retificação	Imprimir DPIM PDF
Recife	10.565.000/0001-92	2020	16/05/2020 22:16:18			Sim	

Fonte: CADPREV

CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES

- **Credenciamento de gestores, administradores e distribuidores dos fundos de investimentos e demais instituições escolhidas para receber as aplicações**

O credenciamento⁷ dos gestores, administradores e distribuidores detentores de aplicações do RPPS é feito pela Gerência de Investimentos anualmente, conforme § 2º, art. 3º da Portaria AMPASS nº 695 de 22 de dezembro de 2018. A UCI, através de análise dos termos de credenciamento, conforme tabelas abaixo, confirmou que o credenciamento está atualizado:

GESTOR DE INVESTIMENTOS	DATA CRENCIAMENTO	DATA RENOVAÇÃO
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA	30/09/2019	29/09/2020
BB DTVM (GRUPO BANCO DO BRASIL)	08/10/2019	07/10/2020
BRAM - DTVM (GRUPO BRADESCO)	11/10/2019	10/10/2020
BRPP GESTÃO DE P. EST. LTDA (GRUPO BRASIL PLURAL)	25/10/2019	24/10/2020
BRZ INVESTIMENTOS LTDA	18/10/2019	17/10/2020
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	01/10/2019	30/09/2020
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA	03/10/2019	02/10/2020
ITAU UNIBANCO (GRUPO ITAÚ)	26/08/2019	25/08/2020
LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA (Credenciamento Suspenso: Não entregou relatório de rating e nem consta do Ranking Anbima)	01/10/2019	30/09/2020
MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA	18/02/2020	18/02/2021
QUELUZ GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA	23/09/2019	22/09/2020
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	23/09/2019	22/09/2020
SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	22/10/2019	21/10/2020
SOCOPA SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.	24/09/2019	23/09/2020
SULAMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A.	24/09/2019	23/09/2020
VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA (GRUPO VINCI PARTNERS)	23/09/2019	22/09/2020
WESTERN ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA	07/10/2019	06/10/2020
XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA (GRUPO XP)	15/05/2020	15/05/2021
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA (GRUPO XP)	14/10/2019	13/10/2020

⁷ A análise de atualização dos termos de credenciamento é semestral. O último levantamento deste dado foi feito em junho de 2020.

ADMINISTRADOR DE INVESTIMENTOS	DATA CREDENCIAMENTO	DATA RENOVAÇÃO
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.	06/05/2020	06/05/2021
BANCO BRADESCO S.A. (GRUPO BRADESCO)	11/10/2019	10/10/2020
BANCO SANTANDER BRASIL S.A.	25/10/2019	24/10/2020
BB DTVM (GRUPO BANCO DO BRASIL)	08/10/2019	07/10/2020
BEM - DTVM LTDA (GRUPO BRADESCO)	11/10/2019	10/10/2020
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.	23/09/2019	22/09/2020
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	01/10/2019	30/09/2020
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	27/09/2019	26/09/2020
ITAU UNIBANCO (GRUPO ITAÚ)	26/08/2019	25/08/2020
LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA (Credenciamento Suspenso: Não entregou relatório de rating e nem consta do Ranking Anbima)	01/10/2019	30/09/2020
SOCOPA SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.	24/09/2019	23/09/2020

DISTRIBUIDOR	DATA CREDENCIAMENTO	DATA RENOVAÇÃO
BANCO DO BRASIL S.A. (GRUPO BANCO DO BRASIL)	16/10/2019	15/10/2020
ETERNUM AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI	11/10/2019	10/10/2020
PERFORME AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI	03/10/2019	02/10/2020
PRIVATIZA AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA	01/10/2019	30/09/2020
SOCOPA SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.	24/09/2019	23/09/2020
XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	14/10/2019	13/10/2020

ELABORAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- **Capacitação do Gestor de Recursos do RPPS**

De acordo com o inciso II, do art. 8º-B, da Lei nº 9.717 de 1998, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS devem possuir certificação e habilitação comprovadas em exame organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais: no mínimo o CPA 20.

A UCI atestou a capacitação⁸ do gestor atual de recursos da AMPASS, José Marcos Alves de Barros, através de certificado expedido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

⁸ A análise de capacitação do gestor de recursos do RPPS é realizada semestralmente. O último levantamento deste dado foi feito em junho de 2020.

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-20	19/11/2006	21/11/2018	21/11/2021
CEA	03/05/2016	21/11/2018	21/11/2021

- **Capacitação dos membros do Comitê de Investimentos**

De acordo com o § único do art. 8º-B, da Lei nº 9.717 de 1998, os requisitos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo aplicam-se aos membros do comitê de investimentos da unidade gestora do regime próprio de previdência social: no mínimo o CPA 10. A UCI identificou que a capacitação⁹ dos membros do Comitê de Investimentos da AMPASS está **incompleta**, conforme dados dos membros abaixo:

- Manoel Carneiro Soares Cardoso – **certificado não publicado**.

- Francisco Canindé Antunes Furtado Júnior – CPA 20:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-20	19/11/2006	01/01/2018	01/01/2021

- José Marcos Alves de Barros – CEA:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-20	19/11/2006	21/11/2018	21/11/2021
CEA	03/05/2016	21/11/2018	21/11/2021

- Andreson Carlos Gomes de Oliveira – CEA:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-10	25/06/2014	Dominância	05/03/2021
CPA-20	04/02/2015	Dominância	05/03/2021
CEA	05/12/2017	-	05/03/2021

- Gustavo Lins Dourado – CPA 10:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-10	16/10/2020	-	16/10/2023

- Rodrigo Chagas de Sá – **certificado não publicado**.

- Roberto Wagner Martins Mateus – CPA 10:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-10	09/03/2018	-	09/03/2021

⁹ A análise de capacitação dos membros do Comitê de Investimentos da AMPASS é realizada semestralmente. O último levantamento deste dado foi feito em junho de 2020.

ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- **Meta de Investimentos**

A meta da carteira de investimentos para o exercício de 2020 passou de IPCA+5,87% para IPCA+5% com a revisão da Política de Investimentos. De acordo com o DAIR, o saldo acumulado da carteira de investimentos no período de **dezembro** de 2020 equivale a **R\$ 2.486.005.273,55**, ou seja, 4,12% da meta atuarial:

Meta Atuarial para o Ano de 2020				IPCA + 5,00% ao ano	
Meta Atuarial acumulada no ano de 2020				9,76%	
Renda Fixa	2,31%	Renda Variável	7,93%	Exterior	0,72%
Percentual de atingimento da meta atuarial acumulada no ano de 2020				4,12%	

CONFORMIDADE

Conformidade é o conceito que define as ações que são fundamentais para que uma empresa esteja de acordo com as normas, as legislações e boas práticas de seu segmento.

No mês de **dezembro** de 2020 foi feito o monitoramento da conformidade das ferramentas de governança e programas de gestão da Autarquia como segue:

PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS é um programa de certificação que tem por objetivo incentivar os institutos a seguirem as melhores práticas institucionais, visando maior controle interno, governança e transparência.

É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de

identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência, que representam os diferentes graus de complexidade que poderão ser atingidos, desde o Nível I, mais simples, até o Nível IV, mais complexo.

A Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores – AMPASS foi certificada no nível III do Pró-Gestão em abril de 2019. Durante o prazo de validade de 3 (três) anos da certificação institucional, caberá ao próprio RPPS, através da Unidade de Controle Interno – UCI, realizar o monitoramento permanente de seus processos e atividades, buscando garantir que estes continuem cumprindo os requisitos mínimos estabelecidos em cada uma das ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, para a manutenção e evolução das boas práticas de gestão alcançadas.

Os quadros abaixo apresentam, por dimensão, a avaliação¹⁰ da Unidade de Controle Interno relativa aos itens exigidos no Pró-Gestão - nível III:



Ação concluída



Ação pendente

DIMENSÃO CONTROLE INTERNO					
Requisitos e Ações	Item no Manual	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Mapeamento das Atividades	(Seção 3.1.1 - pág. 22)				
Manualização das Atividades	(Seção 3.1.2 – pág. 22 e 23)				
Capacitação e Certificação	(Seção 3.1.3 - pág. 23)				
Estrutura de Controle Interno	(Seção 3.1.4 - pág. 24)				
Política de Segurança da Informação	(Seção 3.1.5 - pág. 25)				
Gestão da Base de Dados Cadastrais	(Seção 3.1.6 - pág. 26)				

¹⁰ A avaliação dos requisitos do Pró-Gestão é trimestral, no entanto até o final deste exercício será realizado mensalmente.

DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA					
Requisitos e Ações	Item no Manual	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Relatório de Governança Corporativa	(Seção 3.2.1 - pág. 28)				
Planejamento	(Seção 3.2.2 - pág. 29)				
Relatório de Gestão Atuarial	(Seção 3.2.3 - pág. 29)				
Código de Ética	(Seção 3.2.4 - pág. 30)				
Políticas Previdenciárias	(Seção 3.2.5 - pág. 30)				
Política de Investimentos	(Seção 3.2.6 - pág. 31)				
Comitê de Investimentos	(Seção 3.2.7 - pág. 33)				
Transparência	(Seção 3.2.8 - pág. 34)				
Definição de Limites de Alçadas	(Seção 3.2.9 - pág. 35)				
Segregação das Atividades	(Seção 3.2.10 - pág. 35)				
Ouvidoria	(Seção 3.2.11 - pág. 36)				
Diretoria Executiva	(Seção 3.2.12 - pág. 36)				
Conselho Fiscal	(Seção 3.2.13 - pág. 37)				
Conselho Deliberativo	(Seção 3.2.14 - pág. 37)				
Mandato, Representação e Recondução	(Seção 3.2.15 - pág. 38)				
Gestão de Pessoas	(Seção 3.2.16 - pág. 39)				

DIMENSÃO EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA					
Requisitos e Ações	Item no Manual	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Plano de Ação de Capacitação	(Seção 3.3.1 - pág. 40)				
Ações de Diálogo	(Seção 3.3.2 - pág. 40)				

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – 2020 A 2024

O Planejamento Estratégico Situacional (PES)¹¹ para o quinquênio 2020-2024 objetiva criar as condições gerenciais adequadas para assegurar a sustentabilidade dos sistemas de Previdência e de Assistência à Saúde dos Servidores do Município do Recife, de conformidade com as macroestratégias escolhidas pelo grupo de servidores e colaboradores que as definiram com criatividade, metodologia e compromisso institucional.

A partir da análise dos seus pontos fortes e fracos, das ameaças e oportunidades, utilizando as ferramentas Matriz SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), a AMPASS definiu as diretrizes deste PES para a realização da sua visão de futuro.

¹¹ A avaliação das metas do Planejamento Estratégico Situacional é trimestral. O primeiro levantamento deste dado seria em março de 2020, mas devido a pandemia do COVID-19 está temporariamente suspenso.

A Unidade de Controle Interno - UCI é responsável pelo monitoramento da implantação das estratégias extraídas do plano quinquenal e desdobradas para os seguintes níveis: corporativo, primeiro e segundo, envolvendo de forma participativa, a diretoria, os gestores das diversas áreas e outros servidores.

PROGRAMA DE COMPLIANCE

Um programa de compliance¹² define procedimentos para atendimento às exigências legais, normativas e éticas, bem como às normas de boa governança corporativa, boas práticas e políticas de cada negócio, envolvendo as áreas de controles internos e gestão de riscos, entre outras, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Unidade de Controle Interno - UCI é responsável pelo monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos, atestando a conformidade do programa de compliance.

MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

O mapeamento e a modelagem de processos são ferramentas gerenciais que permitem à organização conhecer e compreender os processos de negócio por ela executados (ou processos futuros a serem desenvolvidos), identificar informações, passos, responsáveis, fraquezas e potencialidades, construir indicadores de desempenho e aumentar sua eficácia e eficiência, com a melhoria do nível de qualidade dos produtos e serviços e do nível de satisfação do cliente.

A manualização é a introdução de normas e padrões nos processos, de acordo com padrões de conformidade (sejam normas técnicas, requisitos legais ou de qualidade), na produção de um bem ou serviço e tem como objetivo aprimorar

¹² A avaliação do cumprimento do Programa de Compliance é trimestral. O primeiro levantamento deste dado seria em março de 2020, mas devido a pandemia do COVID-19 está temporariamente suspenso.

os processos, bem como estabelecer normas para procedimentos, fixar classificações ou terminologias e mesmo definir a maneira de medir ou determinar as características de um produto ou serviço.

A Unidade de Controle Interno - UCI é responsável pelo monitoramento e avaliação da adequação dos processos às normas e procedimentos, atestando a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista as situações analisadas nesse Relatório de Controle Interno, não há recomendações para o mês de **dezembro**.

Recife, 14 de janeiro de 2020.

Juliana Cottard Giestosa
Gestora da Unidade de Controle Interno